

## A política macroeconômica brasileira no período 2003-2018: uma análise institucionalista

The Brazilian macroeconomic policy in the period 2003-2018: an institutionalist analysis

Leonardo **SILVA**

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em  
Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.  
leosociais2011@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-1286-4389> 

Mais informações da obra no final do artigo ●

### RESUMO

Com base em um levantamento bibliográfico, neste artigo analiso a trajetória assumida pela política macroeconômica brasileira entre 2003 e 2018. Argumento que a partir de 2005 o governo Lula iniciou um processo de hibridização do paradigma macroeconômico neoliberal então dominante. Apesar de conservar o tripé neoliberal instituído por FHC, esse paradigma “liberal-desenvolvimentista” apresentava medidas de estímulo ao desenvolvimento social e ao crescimento econômico. Esse paradigma híbrido manteve-se até 2016, quando Temer ascendeu à presidência. Orientando-se pelas diretrizes neoliberais, Temer tem eliminado os componentes desenvolvimentistas do paradigma macroeconômico fato que, por sua vez, tem conduzido o país de volta ao “fundamentalismo de mercado” dominante nos governos FHC.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ideias econômicas; política macroeconômica brasileira; neoliberalismo; desenvolvimentismo; institucionalismo histórico.

### ABSTRACT

Based on bibliographical survey, this article analyzes the trajectory assumed by Brazilian macroeconomic policy between 2003 and 2018. I argue that from 2005 Lula government started a process of hybridization of the then dominant neoliberal macroeconomic paradigm. Despite preserving the neoliberal tripod instituted by FHC, this “liberal-developmental” paradigm presented measures that stimulate social development and economic growth. This hybrid paradigm was maintained until 2016, when Temer ascended the presidency. Guided by neoliberal guidelines, Temer has eliminated the developmental components of the macroeconomic paradigm that has in turn driven the country back to the dominant “market fundamentalism” of the FHC governments.

**KEYWORDS:** Economic ideas; Brazilian macroeconomic policy; neoliberalism; developmentalism; historical institutionalism.

# 1 INTRODUÇÃO

Meu objetivo no presente artigo é fazer algumas considerações acerca da trajetória assumida pela política macroeconômica<sup>1</sup> brasileira entre os anos de 2003 e 2018. Tomando como referencial teórico-metodológico algumas das teses desenvolvidas pelo institucionalismo histórico da Ciência Política, pretendo indicar alguns dos possíveis fatores que têm condicionado o processo de produção de políticas macroeconômicas nos últimos quinze anos. De modo a alcançar tal objetivo, o presente artigo foi dividido em seis breves seções excetuando-se a presente introdução e as considerações finais. Na primeira seção, elenco alguns dos instrumentos analíticos que o institucionalismo histórico desenvolvido por Peter Hall fornece para a compreensão da produção de políticas macroeconômicas. Na segunda seção, desenvolvo algumas observações acerca dos dois diferentes paradigmas de política macroeconômica – i.e., desenvolvimentista e neoliberal – que foram adotados no Brasil entre os anos de 1950 e 2003. Na terceira seção, abordo brevemente certos fatores que condicionaram o governo Lula, nos primeiros anos de seu mandato, a dar continuidade ao paradigma macroeconômico neoliberal herdado do governo de Fernando Henrique Cardoso. Na quarta seção, esboço algumas considerações sobre o paradigma híbrido – o qual foi aqui nomeado “liberal-desenvolvimentista” – que começou a ser construído a partir de 2005 pelo governo de Luís Inácio Lula da Silva. Na quinta seção, abordo brevemente o aprofundamento das medidas desenvolvimentistas realizado pelo governo de Dilma Rousseff a partir de 2011 e a posterior constituição de uma crise econômica e política no Brasil a partir de 2014, a qual acabou levando à queda do governo petista. E na sexta e última seção, faço algumas observações sobre o movimento de retorno ao paradigma neoliberal em sua forma mais “pura” que tem sido feito pelo governo de Michel Temer a partir de 2016. Por fim, nas considerações finais, faço um breve resumo dos principais pontos abordados no decorrer do artigo e esboço alguns apontamentos acerca da trajetória assumida pela política macroeconômica brasileira no período analisado.

---

<sup>1</sup> A política macroeconômica pode ser definida como o conjunto de ações – ou a inação – do governo com relação aos componentes cambial, monetário, fiscal e de rendas.

## 2 CONTRIBUIÇÕES DO INSTITUCIONALISMO HISTÓRICO PARA A COMPREENSÃO DA PRODUÇÃO DE POLÍTICAS MACROECONÔMICAS

Como argumentam Hall e Taylor (2003), existem ao menos três tendências distintas de neo-institucionalismo no campo da Ciência Política contemporânea, a saber: (1) o institucionalismo da escolha racional; (2) o institucionalismo sociológico e; (3) o institucionalismo histórico. Dentre tais abordagens, a escolhida para a presente análise foi o institucionalismo histórico. Apesar de surgir como uma resposta às leituras de caráter funcionalista e pluralista, o institucionalismo histórico acabou absorvendo certas características próprias a essas duas abordagens, tais como as ênfases nos conflitos entre grupos de interesses e no caráter estruturante das instituições que compõem a comunidade política (HALL; TAYLOR, 2003). Apresentando uma concepção significativamente mais ampla do que aquela do institucionalismo da escolha racional, o institucionalismo histórico define as instituições “[...] como os procedimentos, protocolos, normas e convenções oficiais e oficiosas inerentes à estrutura organizacional da comunidade política ou da economia política.” (HALL; TAYLOR, 2003, p. 196). O institucionalismo histórico também se caracteriza por valer-se amplamente do método comparativo, seja em comparações entre diferentes países ou entre diferentes períodos ou fatores de um mesmo país. Dentre os trabalhos desenvolvidos no âmbito do institucionalismo histórico, optei por me nortear nomeadamente pelas análises de Peter Hall acerca da influência das ideias na produção de políticas macroeconômicas.

### 2.1 Três leituras do institucionalismo histórico sobre o papel das ideias na produção de políticas macroeconômicas.

Em *The political power of economic ideas: Keynesianism across nations*, obra da qual Peter Hall é o editor, são apresentadas três diferentes abordagens que permitem analisar como as ideias econômicas podem condicionar a produção de políticas macroeconômicas. A primeira é chamada de abordagem “centrada no Estado” e foca-se no papel das burocracias estatais como criadoras ou, mais comumente, como inibidoras da difusão de novas ideias econômicas. A segunda é chamada de abordagem “centrada nas coalizões” e foca-se no papel desempenhado pela interação entre diferentes



grupos de interesses política e cognitivamente mobilizados na produção de políticas macroeconômicas. E a terceira é chamada de abordagem “centrada nos economistas” e foca-se no papel de liderança que os economistas desempenham não apenas na disseminação de novas ideias econômicas, mas também na formulação das políticas propriamente ditas (HALL, 1989; MILLMOW, 2010).

## 2.2 O institucionalismo histórico de Peter Hall

Inspirando-se, entre outras, nas perspectivas supracitadas, Hall (1993) propõe uma leitura na qual a produção de políticas macroeconômicas – que como supracitado, são compostas pelos componentes cambial, monetário, fiscal e de rendas – é concebida como um processo de “aprendizagem social” (*social learning*). Em sua abordagem, Hall (1993) destaca a importância do campo discursivo e das ideias na produção de políticas. Segundo ele, as estruturas interpretativas formadas através do amálgama de ideias e padrões cognitivos não fornecem apenas os objetivos e instrumentos das políticas, mas também a própria natureza dos problemas a serem resolvidos (HALL, 1993). Tais quadros interpretativos – que à luz da obra de Thomas Kuhn, Hall (1993) propõe chamar de *paradigmas* – se fazem presentes na própria terminologia através do qual os formuladores de políticas macroeconômicas comunicam seu trabalho, e sua influência deriva, em parte, da capacidade que possuem de condicionarem diferentes agentes a *taken for granted* os pressupostos, instrumentos, objetivos e problemas de gestão por eles colocados.

Baseando-se, por um lado, na tendência do institucionalismo histórico de distinguir entre mudanças incrementais e mudanças radicais e, por outro, nas noções de “ciência normal” e de “revolução científica” de Kuhn, Hall (1993) propõe uma tipologia que abarca três níveis de mudança paradigmática, a saber: (1) mudança de primeira ordem; (2) mudança de segunda ordem e; (3) mudança de terceira ordem. Segundo Hall (1993), as mudanças de primeira e segunda ordens são marcadas por transformações incrementais que ocorrem de forma análoga aos desenvolvimentos científicos realizados durante o período de ciência normal descrito por Kuhn. Por desenvolverem-se em conformidade com as diretrizes centrais do paradigma macroeconômico dominante, as mudanças de primeira ordem abarcam as tomadas de decisões e seus pequenos ajustamentos rotineiros, enquanto que as mudanças de segunda ordem abarcam o desenvolvimento de novos instrumentos de condução da política macroeconômica (HALL, 1993). Já as mudanças de



terceira ordem, por seu turno, são transformações radicais que pressupõem rupturas análogas às das revoluções científicas kuhnianas (HALL, 1993). Por conduzirem à constituição de um novo paradigma, as mudanças de terceira ordem representam uma alteração profunda não apenas nas tomadas de decisão rotineiras e nos instrumentos de condução da política macroeconômica, mas também na própria natureza dos problemas que devem ser resolvidos (HALL, 1993).

De acordo com Hall (1993), as influências que conduzem a mudanças de paradigma podem ser tanto internas como externas ao campo de produção de políticas macroeconômicas. Conforme tal perspectiva, tanto choques internos como externos têm a capacidade de abrir janelas de oportunidade que podem ser utilizadas pelos agentes para promover mudanças (VOGELER, 2013). Não obstante isso, em geral, as mudanças de terceira ordem que conduzem à emergência de novos paradigmas tendem a ocorrer devido à influência de fatores exógenos ao campo de políticas macroeconômicas como, por exemplo, crises econômicas e guerras (HALL, 1993; MILLMOW, 2010).

Sublinhando a importância das relações de poder e da competição entre diferentes grupos de interesses nos processos de produção de políticas, Hall (1993) argumenta que somente quando os proponentes de uma nova perspectiva econômica possuem posições de autoridade e são hábeis em aproveitar as janelas de oportunidade abertas pelos eventos críticos é que se torna possível institucionalizar um novo paradigma. Segundo o autor, para que os especialistas sejam capazes de desempenhar um papel relevante na produção de políticas macroeconômicas é, em geral, necessário que eles trabalhem para o Estado ou então que aconselhem os agentes estatais a partir de posições privilegiadas existentes na interface entre a burocracia e os enclaves intelectuais da sociedade (HALL, 1993). Esses especialistas – e.g., economistas formados nas tradições monetarista ou keynesiana<sup>2</sup> – são responsáveis por formularem os paradigmas de condução da política macroeconômica nacional e de os proporem aos tomadores de decisão – e.g., políticos e burocratas – que são, por sua vez, os responsáveis por escolherem quais prescrições serão tornadas realidade e quais continuarão a serem apenas construções teóricas (HALL, 1993; MILLMOW, 2010). Referindo-se às diferenças entre os paradigmas monetarista e keynesiano, Hall (1993) argumenta que não são apenas suas prescrições que são divergentes, mas também a própria forma como concebem o funcionamento da economia

---

<sup>2</sup> No caso britânico analisado por Hall (1993) a dicotomia economistas ortodoxos/economistas heterodoxos assume a forma da oposição entre monetaristas e keynesianos, enquanto que no caso brasileiro tal dicotomia assume a forma da oposição entre neoliberais (também chamados monetaristas) e desenvolvimentistas (também chamamos de estruturalistas).

como um todo. Como observa o autor, enquanto os keynesianos enxergam a economia como intrinsecamente instável e necessitando de ajustes fiscais intermitentes, os monetaristas consideram a economia como tendendo “naturalmente” ao equilíbrio e as políticas discricionárias do Estado como um impedimento a um desempenho econômico eficiente (HALL, 1993).

### **3 ALGUMAS OBSERVAÇÕES ACERCA DOS PARADIGMAS MACROECONÔMICOS ADOTADOS NO BRASIL ENTRE 1950 E 2003**

Como demonstra Ianni (1996), foi sobretudo a partir de 1930 que o Estado brasileiro – então sob o comando do governo de Getúlio Vargas – passou a implementar mecanismos para uma intervenção planejada e sistemática na economia nacional (IANNI, 1996). Durante a era Vargas, o Estado brasileiro

[...] criou comissões, conselhos, institutos, companhias, fundações e formulou planos. Além disso promulgou leis e decretos. E incentivou a realização de debates, em nível oficial e oficioso, sobre os problemas econômicos, financeiros, administrativos, educacionais, tecnológicos e outros. [...]. Tratava-se de estudar, coordenar, proteger, disciplinar, reorientar e incentivar as atividades produtivas em geral (IANNI, 1996, p. 34).

Assim, foi a partir de 1930 que se estabeleceu no Brasil uma tendência que concebe o Estado como um agente importante para o desenvolvimento econômico nacional<sup>3</sup> (IANNI, 1996). Conforme Ianni (1996), durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) a técnica do planejamento tornou-se um dos instrumentos da política econômica do Estado brasileiro. Foi a partir desse período que o planejamento “[...] passou a fazer parte do pensamento e da prática dos governantes, como técnica ‘mais racional’ de organização das informações, análise dos problemas, tomada de decisões e controle da execução de políticas econômico-financeiras.” (IANNI, 1996, p. 54).

Nesse contexto, foi instituído pelo governo Vargas o chamado programa de substituição das importações, o qual permitiu que o governo brasileiro – não obstante a organização federativa do país – pudesse desempenhar um papel determinante na gestão da política macroeconômica e na condução do processo de industrialização da nação (IANNI, 1996; VOGELER, 2013). Este paradigma desenvolvimentista foi mantido – com

---

<sup>3</sup> Logicamente isso não quer dizer que nos períodos anteriores o Estado brasileiro não tenha contribuído para a formatação da economia nacional.

algumas modificações – pelos militares que assumiram o governo após o golpe de 1964 (MANTEGA, 1997). De acordo com Mantega (1997), após os militares tomarem o controle do Estado, o desenvolvimentismo, “[...] que começou nacionalista e democrático [...], tornou-se internacionalista e autoritário [...]” Segundo Mantega (1997, p. 112), esse desenvolvimentismo autoritário adotado pelos governos militares objetivava acelerar a consolidação da acumulação industrial e financeira no país – almejada pela vertente de desenvolvimentismo anteriormente dominante – “[...] com os instrumentos que o regime de exceção lhes conferia.”

Ao que tudo indica, o paradigma desenvolvimentista foi mantido porque grupos de interesse – dentre os quais se destaca o grande empresariado nacional – se beneficiavam decisivamente dele (VOGELER, 2013; VAINER *et al.*, 2015). Com efeito, esse modelo de condução da economia pautado no intervencionismo estatal não apenas protegia os empresários nacionais das vicissitudes da competição internacional ao fornecer-lhes esferas de acumulação livres da concorrência do capital estrangeiro<sup>4</sup> como ainda garantia o fornecimento do crédito de longo prazo necessário aos seus investimentos<sup>5</sup> (RISTOFF, 2008; VOGELER, 2013; VAINER *et al.*, 2015).

Contudo, com a grave crise econômica ocorrida na década de 1980, esse paradigma foi colocado em xeque por muitos dos agentes relevantes envolvidos (TAVARES *et al.*, 2010; VOGELER, 2013). Em âmbito internacional, o paradigma neoliberal já havia começado a popularizar-se com as crises do petróleo ocorridas nos anos de 1973 e 1979 (RISTOFF, 2008; VOGELER, 2013). Estes eventos críticos contribuíram de forma determinante para desencadear o processo de declínio do keynesianismo nos países desenvolvidos e do desenvolvimentismo na América Latina e, por conseguinte, para abrir o caminho para a teoria neoliberal que se tornava cada vez mais o discurso dominante no campo da ciência econômica (num primeiro momento, sobretudo em âmbito anglo-saxão e, posteriormente, no restante do mundo) (RISTOFF, 2008; VOGELER, 2013). Como argumenta Ristoff (2008, p. 3), com o fracasso das políticas econômicas pautadas no intervencionismo estatal

---

<sup>4</sup> De acordo com Ristoff (2008, p. 6), “o Brasil, até então, apesar da participação do capital externo, era uma economia bastante fechada. A indústria nacional era protegida, havendo diversas restrições às importações.”

<sup>5</sup> Conforme Veiner *et al.* (2015, p. 63), em razão da falta de interesse do sistema financeiro em estabelecer mecanismos de crédito, acabou ficando a cargo do Estado ditatorial, sobretudo “[...] através do então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) preencher, de forma mais ou menos errática, a lacuna do financiamento de longo prazo [...]”

[...] os neoliberais, que durante as décadas anteriores vinham ganhando força na Academia, rapidamente adquiriram força política e atribuíram a responsabilidade pela crise exatamente aos pilares do modelo de Bem-Estar Social dos países desenvolvidos (e do desenvolvimentismo na América Latina).

Como consequência, iniciou-se um processo de progressivo “[...] deslocamento de Estados desenvolvimentistas ou Estados de Bem-Estar para Estados neoliberais, envolvendo a abertura das economias, privatizações e a implantação dos princípios do Consenso de Washington.” (DEZALAY; GARTH, 2000, p. 163).

Em âmbito brasileiro a crise econômica se agudizava pela existência de uma elevada inflação e se somava à crise propriamente política, numa combinação que acabou conduzindo as elites econômicas a iniciarem o rompimento do pacto político com o governo militar (SALLUM JR., 1999; TAVARES *et al.*, 2010; VOGELER, 2013). A consequência disso foi o aumento da pressão das classes populares e médias pela redemocratização e a criação do chamado movimento das “Diretas Já” em 1984 (VOGELER, 2013). Conforme Grün (2005, p. 898), “[...] os empresários privados puseram-se contra o que enxergavam ser a hipertrofia do setor estatal, que, entre outros malefícios, produziria a inflação e o desequilíbrio das contas externas”, enquanto que “[...] as classes médias e as novas lideranças sindicais levantaram-se contra o autoritarismo associado aos militares e à tecnocracia que a eles se ligava.” Devido a esses e outros fatores, os agentes e grupos dominantes acabaram se convencendo da inadequação tanto da ditadura como do desenvolvimentismo aos “novos tempos” e optaram por cessarem o apoio ao regime militar e por contribuírem para a indução do processo de redemocratização (VOGELER, 2013). Buscou-se desse modo construir um novo regime tanto em política – a democracia – como em economia – o neoliberalismo.

Sendo dirigido internamente pelas próprias elites dominantes, o processo de transição democrática foi significativamente pacífico, sendo em 1988 instituída a nova Constituição Federal e em 1989 eleito democraticamente Fernando Collor de Mello para a presidência da República (RISTOFF, 2008; VOGELER, 2013). Nesse contexto, a eleição de Collor no ano de 1990 marca não apenas uma ruptura política com a inauguração do regime democrático, mas também uma mudança radical no âmbito econômico com a ascensão do paradigma neoliberal no país. Em profunda consonância com a perspectiva defendida por países como os EUA, por organizações internacionais como a *World Trade Organization* (WTO) e por “pacotes de medidas” como o Consenso de Washington, esse paradigma era baseado nomeadamente na teoria econômica ortodoxa e apresentava como

alguns de seus objetivos centrais a privatização de ativos nacionais, a desregulamentação da economia e a abertura do mercado nacional à competição internacional (DEZALAY; GARTH, 2000; RISTOFF, 2008; VOGELER, 2013).

Por contar com o apoio das elites dominantes e também de parte da sociedade mais ampla devido sobretudo ao sucesso do Plano Real, durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) ocorridos entre 1994 e 2002, o neoliberalismo foi mantido como o paradigma econômico brasileiro. Com a grave crise ocorrida em 1999 – a qual levou o real a uma desvalorização que alcançou cerca de 50% no final de janeiro – o governo FHC optou por realizar um aprofundamento das políticas macroeconômicas de caráter neoliberal (SALLUM JR., 1999; PAULANI, 2011). Como afirma Paulani (2010), quando assumiu em 1994 a única prescrição do pacote neoliberal proposto pelo Consenso de Washington à qual o governo FHC não aderiu foi a política do câmbio flutuante. Praticando o que foi chamado por alguns de “populismo cambial”, o governo FHC optou nessa época pela política do câmbio fixo na qual os instrumentos regulatórios do Estado eram empregados de modo a se manter o câmbio sobrevalorizado e assim baratear os bens importados (PAULANI, 2011). Com a eclosão da crise em 1999, porém, o governo FHC acabou decidindo substituir a política de câmbio fixo administrado pelo Estado pela política de câmbio flutuante regulada pelo mecanismo de oferta e procura do mercado. Por seu turno, a modificação da política cambial levou o governo FHC a adotar “[...] o regime de metas de inflação, que antes não existia, porque a ancora do sistema monetário era a [própria] taxa de câmbio.” (PAULANI, 2011, p. 41). Concomitantemente a isso, FHC introduziu também “[...] uma política fiscal visando manter um superávit primário que compensasse o déficit nominal das contas públicas [...]” (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011, p. 508). Essas políticas combinadas – i.e., o câmbio flutuante, as metas de inflação e o superávit fiscal primário – deram origem ao famoso tripé macroeconômico brasileiro de origem neoliberal (SALLUM JR., 1999; BARBOSA; SOUZA, 2010; MORAIS; SAAD-FILHO, 2011; NASSIF, 2015).

As medidas baseadas no paradigma neoliberal, contudo, não geraram os resultados econômicos positivos esperados, fato que, associado à crise cambial que se abateu sobre o real em 1999, acabou minando a credibilidade do governo FHC e abrindo caminho para seus opositores na eleição de 2002 (CARREIRÃO, 2004; MORAIS; SAAD-FILHO, 2011; VOGELER, 2013).



## 4 PRIMEIROS ANOS DO GOVERNO LULA E A CONTINUIDADE DO PARADIGMA NEOLIBERAL

Após disputar os três pleitos realizados depois do processo de redemocratização sem obter sucesso, finalmente na eleição presidencial de 2002 o candidato de esquerda e líder sindical, Luís Inácio Lula da Silva, consegue se eleger presidente do Brasil (CARREIRÃO, 2004; VOGELER, 2013). Conforme Carreirão (2004, p. 178-179), apesar da importância de outros fatores, “[...] o resultado da eleição é interpretado principalmente como fruto da canalização do descontentamento da maioria do eleitorado com o governo Fernando Henrique Cardoso em direção à candidatura que representou o núcleo duro da oposição àquele governo.”

Contudo, contrariando as expectativas de muitos, nos três primeiros anos do governo Lula o paradigma norteador da política macroeconômica brasileira permaneceu o mesmo que aquele adotado por FHC (SICSÚ, 2003; MORAIS; SAAD-FILHO, 2011). Dentre os fatores que levaram à manutenção e aprofundamento desse paradigma destacam-se a correlação de forças desfavorável existente entre os principais grupos de interesses envolvidos (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011) e o desejo do governo Lula de obter certa credibilidade junto aos mercados financeiros doméstico e internacional (SICSÚ, 2003; PAULANI, 2003). Tais fatores condicionaram o governo Lula a optar por dar continuidade às políticas macroeconômicas neoliberais de FHC (SICSÚ, 2003; MORAIS; SAAD-FILHO, 2011). Além disso, Lula também manteve os economistas e profissionais provenientes do mercado financeiro na direção do Banco Central e colocou economistas ortodoxos da Fundação Getúlio Vargas (FGV) do Rio de Janeiro em posições-chave no Ministério da Fazenda (SICSÚ, 2003; MORAIS; SAAD-FILHO, 2011). Tais fatos levaram diversos acadêmicos heterodoxos a romperem política e ideologicamente com o governo Lula (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011). Alguns destes estudiosos – como, por exemplo, Sicsú (2003), Paula (2003) e Paulani (2003) – desenvolveram nesse período leituras bastante críticas das políticas neoliberais levadas a cabo pelo governo Lula. Nesse sentido, Paulani (2003) criticou a ideia defendida pelas autoridades econômicas do governo Lula de que o paradigma macroeconômico herdado da era FHC seria a único “legítimo e racional”<sup>6</sup>, enquanto que Sicsú (2003) criticou o fato de que as prescrições

---

<sup>6</sup> De acordo com Paulani (2003, p. 63), a ideia de que existe apenas um único modelo macroeconômico eficiente encobre, “[...] atrás de sua aparente tecnicidade e neutralidade, o benefício de interesses muito

neoliberais limitam o poder discricionário das políticas macroeconômicas adotadas pelo Estado brasileiro<sup>7</sup>. Contudo, nesse período os proponentes do paradigma neoliberal evitavam continuamente tomar parte no debate acerca da teoria e da ideologia implícitas nas políticas macroeconômicas que defendiam como sendo a única solução viável (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011). Esse cenário começou a se alterar a partir de 2005 quando – contrariando as expectativas de críticos como Sicsú (2003) – o governo Lula começou a implementar algumas importantes mudanças no modelo de gestão econômica do país.

## **5 O GOVERNO LULA E A CONSTRUÇÃO DE UM PARADIGMA “LIBERAL-DESENVOLVIMENTISTA”**

A partir de 2005 ocorre uma inflexão na política macroeconômica brasileira (BARBOSA; SOUZA, 2010; MORAIS; SAAD-FILHO, 2011). Com o desempenho macroeconômico insatisfatório e as críticas dele advindas abriu-se uma janela de oportunidade para modificações mais profundas no paradigma dominante (BARBOSA; SOUZA, 2010; MORAIS; SAAD-FILHO, 2011). Segundo Barbosa e Souza (2010, p. 10), “o ajuste fiscal de 2003-2005 não acelerou substancialmente o crescimento da economia nem tampouco ajudou o compromisso de melhorar a renda e o emprego, o que fez a visão neoliberal ir se esgotando nos primeiros três anos do governo Lula.” Em decorrência disso, nesse período desenvolveu-se no interior do governo Lula um debate entre os defensores da perspectiva neoliberal e os proponentes da perspectiva desenvolvimentista (BARBOSA; SOUZA, 2010). Com a prevalência da leitura desenvolvimentista, o componente do paradigma macroeconômico relativo à distribuição e à redistribuição de renda foi significativamente modificado (BARBOSA; SOUZA, 2010; MORAIS; SAAD-FILHO, 2011). A partir desse momento, o aumento do rendimento dos brasileiros que fazem parte das faixas de renda mais baixas torna-se um dos objetivos primordiais do paradigma macroeconômico dominante (BARBOSA; SOUZA, 2010; MORAIS; SAAD-FILHO, 2011; TEIXEIRA; PINHO, 2018). Além disso, também foram criadas outras

---

específicos, que estão em linha com a virada pró-acumulação financeira do capitalismo mundial que começa no final dos anos 70 [...].”

<sup>7</sup> Conforme Sicsú (2003, p. 313), no modelo neoliberal a política monetária é delegada a um banco central autônomo, a política fiscal é anulada em função das metas de superávits primários e a política cambial perde seus efeitos devido ao fato de que as reservas do banco central tendem a ser “[...] sempre insuficientes diante do poder de ataque dos mercados financeiros doméstico e internacional.”



medidas de estímulo ao desenvolvimento social e ao crescimento econômico (BARBOSA; SOUZA, 2010; TEIXEIRA; PINHO, 2018). Para levar a cabo esses objetivos foram tanto incrementadas determinadas políticas existentes como criadas novas políticas. Dentre tais políticas, merecem destaque os programas de transferência de renda, a política de valorização do salário mínimo, os programas de ampliação do acesso a bens essenciais como habitação e energia elétrica, o projeto de expansão do fornecimento de incentivos fiscais e de crédito público subsidiado às empresas nacionais e as medidas de aumento do investimento público e de recuperação da função do Estado no planejamento de longo prazo (BARBOSA; SOUZA, 2010; TEIXEIRA; PINHO, 2018).

Contudo, mesmo com as mudanças institucionais realizadas no tocante à distribuição e redistribuição de renda e ao papel do Estado na indução do desenvolvimento social e do crescimento econômico, nesse período a política macroeconômica dos âmbitos monetário, fiscal e cambial continuou sendo orientada em ampla medida pelas diretrizes próprias ao paradigma neoliberal (BARBOSA; SOUZA, 2010; MORAIS; SAAD-FILHO, 2011; NASSIF, 2015). O chamado tripé da política macroeconômica brasileira continuou sendo aquele instituído por FHC em 1999 o qual, como supracitado, tem como suas características centrais o regime de metas para a inflação, os superávits fiscais primários e o regime de câmbio flutuante (BARBOSA; SOUZA, 2010; MORAIS; SAAD-FILHO, 2011; NASSIF, 2015).

Tendo em vista tais considerações, pode-se argumentar que parece mais adequado classificar as transformações ocorridas na condução da política macroeconômica nesse período enquanto uma hibridização paradigmática do que como uma mudança de terceira ordem (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011). De certo modo, Hall (1993) coloca essa possibilidade de hibridização paradigmática ao mencionar que, apesar de no caso da Grã-Bretanha dos anos 1970 e 1980 os paradigmas neoliberal e keynesiano (ou, no contexto brasileiro, desenvolvimentista) serem duas construções teóricas bastante distintas entre si, novas sínteses entre esses modelos têm sido produzidas nos últimos anos. Com efeito, esse parece ser exatamente o caso do Brasil.

Os dados analisados indicam que a partir do segundo governo Lula constitui-se progressivamente um paradigma de política macroeconômica que, devido às suas características singulares, poderia ser definido efetivamente como “liberal-desenvolvimentista”. Esse paradigma híbrido combinava, de um lado, a visão neoliberal sobre a importância do controle inflacionário e fiscal por parte do Estado e da regulação cambial por parte de mercado e, de outro, a visão desenvolvimentista sobre o papel do

Estado na indução do desenvolvimento social e do crescimento econômico (BARBOSA; SOUZA, 2010; MORAIS; SAAD-FILHO, 2011; VOGELER, 2013; NASSIF, 2015; TEIXEIRA; PINHO, 2018).

A adoção do paradigma liberal-desenvolvimentista (BARBOSA; SOUZA, 2010) associada às condições econômicas internacionais favoráveis (BARBOSA, 2017) permitiu ao governo Lula obter bons resultados econômicos e sociais ao longo de seus dois mandatos. Dentre os resultados positivos obtidos estão a aceleração do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), a redução do número de famílias abaixo da linha da pobreza, o ingresso de milhões de indivíduos na economia formal e no mercado de consumo de massa, o controle da inflação, a redução da vulnerabilidade das contas externas frente aos choques internacionais e a diminuição da dívida do setor público (BARBOSA; SOUZA, 2010). Devido notadamente a esse sucesso alcançado pelos governos Lula, na eleição de 2010 a candidata petista Dilma Rousseff acabou sendo eleita presidente com o compromisso declarado de dar continuidade ao modo de administração lulista<sup>8</sup>.

## **6 O GOVERNO ROUSSEFF E A CRISE DO PARADIGMA “LIBERAL-DESENVOLVIMENTISTA”**

Ao assumir o poder em 2011, Rousseff não apenas manteve como intensificou a importância da dimensão desenvolvimentista do paradigma macroeconômico herdado da era Lula. Combinando “[...] política monetária com a redução da taxa de juros e política fiscal com dirigismo no investimento, elevação de gastos, concessões de subsídios e intervenção em preços”, o governo Dilma realizou uma profunda intervenção estatal na economia (BARBOSA 2017, p. 52). Contudo, em razão tanto de fatores externos – como a diminuição das exportações devido à queda no preço das *commodities*, a crise do Euro, a lenta recuperação dos EUA e a desaceleração do crescimento dos países emergentes (PAULA; PIRES, 2017) – como de fatores internos – como a adoção de políticas anticíclicas pouco eficazes no período 2011-2014 e de políticas contracionistas inadequadas em 2015 (PAULA; PIRES, 2017), a radicalização das escaramuças entre apoiadores e críticos do governo, a dificuldade de aprovar as políticas de ajuste fiscal no Congresso devido à obstrução de pauta realizada pela oposição e a aprovação pelo

---

<sup>8</sup> Conforme Arquer (2013, p. 436), tanto a boa avaliação feita pela população acerca do governo Lula como a vinculação de Rousseff ao Partido dos Trabalhadores (PT) parecem ter tido “[...] um efeito positivo sobre a decisão do voto, o que incentivou os eleitores a escolherem a candidata [petista].”

Congresso de projetos e emendas (as chamadas pautas bomba) que aumentavam os gastos públicos em pleno processo de contenção orçamentária (ZANINI, 2016) – a partir de 2014 teve início uma grave crise econômica e política no Brasil que perdura até o presente momento. Aproveitando-se desse cenário sócio econômico e político desfavorável, os opositores de Rousseff decidiram agir de forma a retirar a presidente do cargo. Para tanto moveram um processo de “impeachment”<sup>9</sup> contra Rousseff, o qual foi deferido em 31 de agosto de 2016. Com a queda de Rousseff, o vice-presidente Michel Temer assumiu o cargo de presidente do Brasil.

## **7 GOVERNO TEMER E O RETORNO DO PARADIGMA NEOLIBERAL EM SUA FORMA MAIS “FUNDAMENTALISTA”**

Ao que tudo indica, a hibridização paradigmática ocorrida no período de 2005-2016 pode ter contribuído em alguma medida tanto para a crise econômica como para a concomitante ascensão, através do “impeachment” de Rousseff, de Temer à presidência da República. Conforme argumentam Morais e Saad-Filho (2011), apesar da perplexidade de muitos, é inegável que o paradigma híbrido de gestão da política macroeconômica adotado pelo governo Lula a partir de 2005 obteve um sucesso expressivo durante um período considerável de tempo. Contudo, tendo-se em vista a incompatibilidade entre as diretrizes neoliberais e as diretrizes desenvolvimentistas contidas nesse paradigma, os autores consideram que esse sucesso deveu-se, em grande medida, a uma combinação pouco comum de fatores conjunturais de caráter econômico e político de modo que ele teria uma natureza bastante frágil (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011). Mesmo escrevendo cinco anos antes da ocorrência do impeachment de Rousseff, Morais e Saad-Filho (2011, p. 524) foram hábeis em perceber que

[...] a ausência da liderança carismática de Lula, [...], e a possibilidade de o governo ter que impor perdas a alguns setores sociais devido à dinâmica cíclica de uma economia capitalista periférica [poderiam] desestabilizar a base de sustentação da administração [de] Rousseff.

Conforme os autores, num caso como esse, “[...] a incompatibilidade intrínseca da política econômica da ‘inflexão’ voltaria a se manifestar.” (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011,

---

<sup>9</sup> Apesar deste não ser o tema do presente artigo, deixo claro que me alinho com aqueles que, como André Singer, Luís Felipe Miguel e Jessé Souza, por exemplo, consideram que, apesar de formalmente legal, o processo de destituição de Rousseff carece de qualquer legitimidade.

p. 524). Como podemos constatar hoje, em pleno ano 2018, a “previsão” de Moraes e Saad-Filho (2011) se mostrou bastante acertada.

Com efeito, logo após assumir, o governo Temer tratou de se aproveitar da janela de oportunidade gerada pelas graves crises que ocorrem nos âmbitos político e econômico e do apoio da maior parte das elites nacionais e internacionais (e.g., políticas, econômicas, jurídicas, etc.) para levar a cabo uma série de modificações nas políticas macroeconômicas e assim conduzir o país de volta ao paradigma neoliberal em seu estado mais “fundamentalista”. Com o intuito de levar adiante o processo de liberalização e flexibilização da economia iniciado por Collor e aprofundado por FHC, o governo Temer manteve o tripé neoliberal enquanto tem eliminado ou modificado os componentes desenvolvimentistas do paradigma macroeconômico. De modo a reduzir o papel do Estado na indução do crescimento econômico, o governo Temer tem levado a cabo uma série de privatizações e concessões de bens públicos à iniciativa privada<sup>10</sup> (PAMPLONA, 2018), numa estratégia bastante semelhante àquela adotada por FHC durante seus governos. Nesse mesmo movimento de retirada do Estado da economia, o governo Temer também tem operado uma progressiva redução no volume de crédito subsidiado fornecido às empresas nacionais pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e uma modificação na política de juros praticada por essa instituição de fomento<sup>11</sup> (GARCIA, 2017; NEDER, 2018). Do mesmo modo, o governo Temer também tem reduzido a função do Estado como agente indutor do desenvolvimento social, ao realizar cortes e/ou mudanças significativas em políticas como o programa de habitação Minha Casa, Minha Vida<sup>12</sup> (BRÊTAS, 2017; TEIXEIRA; PINHO, 2018), o programa de universalização da energia elétrica Luz Para Todos<sup>13</sup> (MARTINS, 2017) e o programa de

---

<sup>10</sup> No âmbito do grande pacote de privatizações e concessões proposto pelo governo Temer já foram realizados até o momento leilões para a venda de campos de pré-sal, de blocos de petróleo e gás, de uma companhia de eletricidade, de usinas hidrelétricas e de lotes de linhas de transmissão e para a concessão de aeroportos e de terminais de combustíveis em portos à iniciativa privada (PAMPLONA, 2018).

<sup>11</sup> Em 2017 o BNDES concedeu 20% menos empréstimos do que em 2016, menor valor registrado nos últimos 18 anos (NEDER, 2018). No início de 2018 o governo Temer instituiu uma nova taxa de juros para o BNDES com o objetivo de aproximar gradualmente a taxa dessa instituição aos juros praticados pelo mercado financeiro e desse modo reduzir os subsídios concedidos pelo Estado (GARCIA, 2017).

<sup>12</sup> O valor investido pelo governo Temer no programa Minha Casa, Minha Vida passou de 7,9 bilhões de reais em 2016 para 2,2 bilhões em 2017, uma redução 5,7 bilhões (BRÊTAS, 2017; TEIXEIRA; PINHO, 2018).

<sup>13</sup> No ano de 2016 o programa Luz Para Todos tinha um orçamento de 973 milhões de reais, contudo o governo Temer utilizou efetivamente apenas 422 milhões (MARTINS, 2017). Já para o ano de 2017 foram destinados 1,1 bilhão para o Luz Para Todos, porém até setembro somente 406 milhões haviam sido empregados (MARTINS, 2017).

financiamento do ensino superior Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)<sup>14</sup> (AGÊNCIA BRASIL, 2017, 2018).

No âmbito das políticas de distribuição e redistribuição de renda também têm sido realizadas mudanças de caráter neoliberal. Um bom exemplo disso é o abandono no início de 2017 da política de valorização do salário mínimo através de reajustes anuais acima da inflação que esteve em vigor desde o começo do governo Lula em 2003<sup>15</sup> (G1.GLOBO, 2017; ALVARENGA; MARTELLO, 2018).

É possível que as alterações realizadas em tais políticas possam ser percebidas como desimportantes à primeira vista. Contudo, é a própria visão de como funciona a economia e de quais são os objetivos centrais da política macroeconômica que estão em jogo (BARBOSA; SOUZA, 2010). Com efeito, os fundamentos teóricos que estão por trás de medidas voltadas ao desenvolvimento social – assim como a valorização do salário mínimo e o financiamento habitacional – não são apenas ligados à questão do combate à pobreza e à desigualdade sócio econômica (BARBOSA; SOUZA, 2010). O liberal-desenvolvimentismo também enxerga tais medidas como uma forma de incentivar o consumo no mercado interno – ao fornecer incrementar a renda ou fornecer crédito para indivíduos de classes ávidas por ter acesso a novos bens – e, por conseguinte, de impulsionar a economia nacional como um todo (BARBOSA; SOUZA, 2010). Contudo, como o fundamentalismo neoliberal tem como foco central o equilíbrio das contas públicas, ele não atribui grande importância ao potencial do Estado como indutor do crescimento econômico haja vista que, para isso, conta com a ação da iniciativa privada e dos mecanismos de oferta e demanda do mercado.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lançando mão do institucionalismo histórico de Peter Hall e de sua análise do processo de produção de políticas em termos de mudança/continuidade de paradigmas, neste breve artigo busquei esboçar algumas considerações acerca da trajetória assumida pela política macroeconômica brasileira entre os anos de 2003 e 2018. Dada a natureza

---

<sup>14</sup> Em 2017 o governo Temer investiu 3,9 bilhões a menos no FIES do que o investido em 2016 (AGÊNCIA BRASIL, 2018). Além disso, o governo Temer também instituiu em 2017 novas regras para o FIES. Dentre tais regras está, por exemplo, a extinção do período de carência de dezoito meses após o término do curso para que o estudante começasse a pagar o financiamento (AGÊNCIA BRASIL, 2017).

<sup>15</sup> Além de ser o segundo ano consecutivo em que o reajuste do salário mínimo ficou abaixo da inflação, 2018 ainda apresentou o menor aumento do salário mínimo em 24 anos (G1.GLOBO, 2017; ALVARENGA; MARTELLO, 2018).

dinâmica do objeto analisado assim como também o *modus operandi* diacrônico da perspectiva teórico-metodológica utilizada, ficou patente a necessidade de se fazer uma breve exploração do período anterior àquele delimitado para a presente análise. A partir de tal exploração tornou-se possível identificar que entre 1950 e 1980 o paradigma desenvolvimentista foi dominante não somente no campo de produção de políticas macroeconômicas, mas também na sociedade brasileira de um modo mais amplo. Da mesma forma que no caso analisado por Hall (1993), uma crise econômica foi a principal a responsável por minar a legitimidade desse paradigma macroeconômico e, conseqüentemente, por abrir uma janela de oportunidade para sua modificação. Com a crise econômica de 1980 as elites dominantes acabaram se convencendo da inadequação deste paradigma desenvolvimentista à nova conjuntura e optaram por contribuir para o processo de redemocratização. Ao que tudo indica, foram sobretudo as falhas nas políticas macroeconômicas – simbolizadas pela hiperinflação histórica que então assolava o país – que levaram as elites brasileiras a buscarem um novo regime tanto em política – a democracia – como em economia – o neoliberalismo. Dessa forma, a eleição de Collor no ano de 1990 marca não apenas uma ruptura política com a inauguração do regime democrático, mas também uma mudança de terceira ordem no âmbito macroeconômico com a introdução do paradigma neoliberal no país.

Por contar com o apoio das elites dominantes e também de parte da sociedade devido sobretudo ao sucesso do Plano Real, durante os governos FHC (1994-2002), o paradigma neoliberal continuou dominante. Contudo, as sucessivas crises econômicas ocorridas nos governos Collor e FHC e as perdas delas decorrentes levaram diversos setores da sociedade a buscarem – via sistema eleitoral – uma alternativa à política macroeconômica em voga.

Em 2002 Lula foi eleito com a promessa de mudar o rumo da economia do país. Dado o equilíbrio de forças do momento, no entanto, o governo Lula acabou optando por dar continuidade ao paradigma neoliberal. Foi o desempenho econômico insatisfatório no final do primeiro governo Lula que contribuiu para forjar um ambiente intelectual e político mais propício a alterações no paradigma macroeconômico. Como consequência, a partir de 2005 ocorreu uma inflexão na política macroeconômica brasileira. Porém, tal inflexão não levou a uma mudança de paradigma como aquela ocorrida em 1990, mas sim à hibridização do paradigma neoliberal então dominante. Deste processo de hibridização surgiu o paradigma “liberal-desenvolvimentista” que, em razão de seu considerável sucesso, se manteve dominante até 2016.

No entanto, por ser um amálgama de diretrizes neoliberais e diretrizes desenvolvimentistas o paradigma liberal-desenvolvimentista era menos estruturado e coerente do que o neoliberal (BARBOSA; SOUZA, 2010) fato que, como observa Hall (1999), tende a fazer os produtores de políticas mais suscetíveis às pressões sociais e, especialmente, às pressões das elites econômicas, das mídias de massa e dos especialistas formados em paradigmas concorrentes. Essa fragilidade teórica inerente ao paradigma liberal-desenvolvimentista se associava por sua vez à fragilidade da coalizão política que o sustentava. Tais fatos se tornaram evidentes com a crise econômica e política que se iniciou em 2014 e que contribuiu consideravelmente para a deposição de Rousseff em 2016. De forma até certo ponto análoga ao que ocorreu na redemocratização, mais uma vez as elites dominantes – em uma forte associação com as mídias de massa (leia-se Rede Globo, Veja, Folha de São Paulo, etc.) – trataram de mobilizar parte da população de modo a substituir o governo e, por consequência, o paradigma macroeconômico então vigente.

Porém, o objetivo de tais grupos de interesse é estabelecer no país um paradigma neoliberal em seu estado mais “fundamentalista” e não retornar a um desenvolvimentismo semelhante ao existente no período anterior à redemocratização<sup>16</sup> ou mesmo a tentar uma nova síntese entre os dois modelos de gestão econômica. Como observa Hall (1993), o paradigma neoliberal tende a encontrar considerável ressonância entre os grupos conservadores haja vista que ele provê uma racionalização para muitas das crenças e medidas que são por eles tradicionalmente defendidas. O paradigma neoliberal, por exemplo, advoga que a “taxa natural” de desemprego somente pode ser reduzida por meio do enfraquecimento dos sindicatos e da redução de suas demandas (algo que está sendo feito no Brasil nesse momento), visão que se compatibiliza extremamente bem com a antipatia crescente dos conservadores – tanto os britânicos do estudo de Hall (1993) como os brasileiros desta análise – com relação a tais organizações.

Assim, logo após assumir a presidência em decorrência do impeachment de Rousseff, o governo Temer começou a fazer aquilo para qual foi posto pelas elites no comando do país: eliminar ou modificar os componentes desenvolvimentistas do paradigma macroeconômico e desse modo aprofundar o processo de flexibilização e liberalização econômicas iniciado em 1990. Corroborando a hipótese de Hall (1993) de

---

<sup>16</sup> Para sair de sua grave crise Portugal optou por adotar um paradigma macroeconômico de feição keynesiana, em detrimento das medidas de austeridade defendidas por organizações como FMI. Através de medidas como a elevação dos valores dos salários e aposentadorias e o aumento do gasto público, o governo tem sido capaz de impulsionar o consumo interno e reduzir o déficit fiscal (BBC, 2017).

que os economistas e seus modelos teóricos desempenham um papel fundamental no processo de produção de políticas macroeconômicas, a presente análise indica que as medidas de Temer encontram tanto seu fundamento teórico como parte de sua legitimidade nos trabalhos de especialistas formados no paradigma neoliberal<sup>17</sup>. Com efeito, à luz de Hall (1993) pode-se perceber que por mais cínicos que políticos e burocratas sejam, suas ações são invariavelmente orientadas por uma compreensão particular da sociedade assim como também da esfera específica à qual as políticas produzidas estão endereçadas. Além disso, esses agentes precisam racionalizar suas ações de modo que possam obter o apoio da sociedade (ou de uma parte relevante dela, como as elites) e motivar aqueles que devem levar a cabo as políticas consideradas relevantes (HALL, 1993). Nesse sentido, as ideias e, mais especificamente, os paradigmas se apresentam como fatores de grande relevância nos processos de produção de políticas macroeconômicas, seja na Grã-Bretanha ou no Brasil. Como observa corretamente Hall (1993, p. 292, tradução minha),

sem negar [de forma alguma] o impacto dos interesses materiais no processo político, [o fato é que] nós precisamos saber muito mais do que sabemos atualmente sobre o papel que as ideias desempenham na produção de políticas e nos processos através dos quais as políticas mudam.

Mais precisamente, o que se faz necessário é superar a rígida distinção entre os modelos baseados no poder e os modelos baseados nas ideias e compreender como os fluxos de ideias se inter-relacionam com as competições por poder durante os processos de produção de políticas macroeconômicas (HALL, 1993).

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Gastos da União com subsídios caem 7,4% em 2017. **Exame**, 04 mai. 2018 [online]. Disponível em: [www.exame.abril.com.br/economia/gastos-da-uniao-com-subsidios-caem-74-em-2017/](http://www.exame.abril.com.br/economia/gastos-da-uniao-com-subsidios-caem-74-em-2017/). Acesso em: 18 jul .2018.

\_\_\_\_\_. Temer sanciona novo FIES e diz que medida é exemplo de educação para o século XXI. **Época Negócios**, 07 dez. 2017 [online]. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2017/12/temer-sanciona-novo-fies-e-diz-que-medida-e-exemplo-de-educacao-para-o-seculo-21.html>. Acesso em: 18 jul. 2018.

<sup>17</sup> Um bom exemplo é Barbosa Filho (2017, p. 58) que defende que “a flexibilização do mercado de trabalho e a permissão da terceirização [...] [associadas à] uma abertura comercial e um incentivo a competição podem fomentar a produtividade.” Professor na FGV do Rio de Janeiro (centro conhecido por suas tendências conservadoras), Barbosa Filho formou-se na tradição neoclássica da *New York University*.

ALVARENGA, Darlan; MARTELLO, Alexandre. Reajuste do salário mínimo fica abaixo da inflação pelo 2º ano seguido. **G1 Globo**, 10 jan. 2018 [online]. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/reajuste-do-salario-minimo-fica-abaixo-da-inflacao-pelo-2-ano-seguido.ghtml>. Acesso em: 18 jul. 2018.

ARQUER, Monize. O voto em Dilma Rousseff nas eleições presidenciais de 2010. **Paraná Eleitoral**, v. 2, n. 3, p. 415-440, 2013.

BARBOSA FILHO, Fernando de H. A crise econômica de 2014/2017. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 89, p. 51-60, 2017.

BARBOSA, Nelson; SOUZA, José A. P. A Inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: SADER, Emir; GARCIA, Marco Aurélio (org.). **Brasil: entre o passado e o futuro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Editora Boitempo, 2010.

BBC. Portugal está superando crise econômica sem recorrer a fórmulas de austeridade, diz Economist. **BBC News**, 05 abri. 2017 [online]. Disponível em: <https://bbc.com/portuguese/internacional-39501022>. Acesso em: 18 jul. 2017.

BRÊTAS, Pollyanna. Cortes orçamentários atingem programa 'Minha casa, minha vida'. **Extra**, 29 out. 2017 [online]. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/economia/cortes-orcamentarios-atingem-programa-minha-casa-minha-vida-22004802.html>. Acesso em: 18 jul. 2018.

CARREIRÃO, Yan. A eleição presidencial de 2002: uma análise preliminar do processo e dos resultados eleitorais. **Rev. Sociol. Polít.**, v. 22, p. 179-194, 2004.

DEZALAY, Yves; GARTH, Bryant. A dolarização do conhecimento técnico profissional e do Estado: processos transnacionais de legitimação na transformação do Estado, 1960-2000. **RBCS**, v. 15, n. 43, p. 163-176, jun. 2000.

GARCIA, Gustavo. Senado aprova MP que cria nova taxa de juros para empréstimos do BNDES. **G1 Globo**, 05 set. 2017 [online]. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/senado-aprova-texto-base-de-mp-que-cria-nova-taxa-para-o-bndes.ghtml>. Acesso em: 18 jul. 2018.

GRÜN, Roberto. Apagão cognitivo: a crise energética a sua sociologia. **Dados**, v. 48, n. 4, p. 891-928, 2005.

G1.GLOBO. Salário mínimo não tem aumento acima da inflação pela 1ª vez desde 2003. **G1 Globo**, 02 jan. 2017 [online]. Disponível em: [www.g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/salario-minimo-nao-tem-aumento-acima-da-inflacao-pela-1-vez--em-13-anos.ghtml](http://www.g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/salario-minimo-nao-tem-aumento-acima-da-inflacao-pela-1-vez--em-13-anos.ghtml). Acesso em: 15 jul. 2017.

HALL, Peter. Policy paradigm, social learning and State: the case of economic policymaking in Britain. **Comparative Politics**, v. 25, n. 3, p. 275-296, 1993.

HALL, Peter. Introduction. *In*: HALL, Peter (ed.). **The political power of economic ideas: Keynesianism across nations**. Princeton: Princeton University Press, 1989.

HALL, Peter; TAYLOR, Rosamary. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**, n. 58, p. 193-224, 2008.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

MANTEGA, Guido. O pensamento econômico brasileiro de 60 a 80: os anos rebeldes. *In*: LOUREIRO, Maria R. (org.). **50 anos de ciência econômica no Brasil (1946-1996): pensamento, instituições, depoimentos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARTINS, Lais. Chegada de luz para municípios do Nordeste ajuda na redução de homicídios, diz FGV. **Reuters**, 19 dez. 2017 [online]. Disponível em: <https://br.reuters.com/article/businessNews/idBRKBN1ED2G3-OBRBS>. Acesso em: 18 jul. 2018.

MILLMOW, Alex. **The power of economic ideas: the origins of Keynesian macroeconomic management in interwar Australia 1929-1939**. Austrália: ANU & Press, 2010.

MORAIS, Lecio; SAAD-FILHO, Alfredo. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 4, p. 507-527 out./dez. 2011.

NASSIF, André. As armadilhas do tripé da política macroeconômica brasileira. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 3, p. 426-443, jul./set. 2015.

NEDER, Vinicius. Empréstimos do BNDES tiveram queda de 20% em 2017, menor valor em 18 anos. **O Estado de S. Paulo**, 30 jan. 2018 [online]. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,emprestimos-do-bndes-tiveram-queda-de-20-em-2017-menor-valor-em-18-anos,70002171427>. Acesso em: 18 jul. 2018.

PAMPLONA, Nicola. Nem metade dos projetos de concessão de Temer saiu do papel. **Folha de S. Paulo**, 06 mai. 2018 [online]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/05/nem-metade-dos-projetos-de-concessão-de-temer-saiu-do-papel.shtml>. Acesso em 18 jul. 2018.

PAULA, João A. de (org.). **A Economia Política da Mudança**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PAULA, Luiz Fernando de; PIRES, Manoel. Crise e perspectivas para a economia brasileira. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 86, p. 125-144, 2017.

PAULANI, Leda. A hegemonia neoliberal. *In*: BIELSHOWSKY, Ricardo *et al.* (org.). **O desenvolvimento econômico brasileiro e a Caixa**. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado/Caixa Econômica Federal, 2011.

\_\_\_\_\_. Brasil Delivery: a política econômica do governo Lula. **Revista de Economia Política**, v. 23, n. 4(92), p. 58-73, out./dez. 2003.

RISTOFF, Taís. As transformações no capitalismo mundial e o fim do desenvolvimentismo no Brasil. *In: Anais do XIII Encontro de História Anpuh-Rio*. Rio de Janeiro, 2008.

SALLUM JR., Brasílio. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Tempo Social**, v. 11, n. 2, p. 23-47, 1999.

SICSÚ, João. Definições, primeiros resultados e perspectivas da política econômica do governo Lula. **Economia & Sociedade**, v. 12, n. 2(21), p. 311-327, jul./dez. 2003.

TAVARES, Maria da Conceição *et al.* O governo Figueiredo: o fim do desenvolvimentismo “à brasileira”. **Memórias do Desenvolvimento**, ano 1, n. 4, p. 179-191, 2010.

TEIXEIRA, Sonia Maria F.; Pinho, Carlos Eduardo S. Liquefação da rede de proteção social do Brasil. **R. Katál.**, v.21, n. 2, p. 14-42, jan./abr. 2018.

VAINER, Carlos Bernardo *et al.* Burguesia, Estado e desenvolvimento capitalista no Brasil a partir de 1930: intepretações e debates. **PRACS**, v. 8, n. 2, p. 51-86, jul./dez. 2015.

VOGELER, Colette S. Paradigm change e cycles of policy change: the case of economic polimaking in Brazil. *In: Public policies in Latin America and the cognitive approach: paradigms, actors and coalitions*. Grenoble: ICPP, 2013.

ZANINI, Heithor. **O ano em que a esquerda perdeu as ruas: crise do governo Dilma em 2015**. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais. Brasília: Universidade de Brasília, 2016.

## NOTAS

### TÍTULO DA OBRA

A política macroeconômica brasileira no período 2003-2018: uma análise institucionalista

### Leonardo Silva

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.  
leosociais2011@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-1286-4389>

### Endereço de correspondência do principal autor

Não se aplica.

### FINANCIAMENTO

CNPq.

### CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

### LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional \(CC BY\)](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.



**PUBLISHER**

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

**HISTÓRICO**

Recebido em: 06 de outubro de 2017

Aprovado em: 21 de julho de 2018

